

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

The logo consists of the letters 'JMM' in a bold, yellow, sans-serif font, centered on a blue rectangular background.

Transmissora de Energia

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas,

A Administração da Companhia, **Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício de 2020 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

1.1 Histórico

A **Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%) e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2 Práticas e Regulamentações

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

JMM

Transmissora de Energia

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico

O ano de 2020 foi um ano de grandes desafios para economia global advindos de efeitos da Covid-19, na qual foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que se tratava de uma pandemia. De forma geral as medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Contudo, apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia, enquadrada por portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020 como atividade essencial, foi capaz de manter suas atividades em pleno funcionamento com toda segurança requerida pelas medidas, assim reforçando o compromisso com seus planejamentos de entregas e crescimento contínuo, bem como cumprimento de seus planos estruturais, orçamento e disciplina financeira.

Com a pandemia, o cenário global sofreu mudanças drásticas. Em meados de 2020, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, contudo, ao final do ano a expectativa do Focus do Banco Central já era de retração de 4,4%. Na parte cambial, o dólar fechou 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No tocante à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) bateu a marca dos 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar bem mais alto do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2% a.a. (4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, e registrou o menor patamar histórico.



JMM

Transmissora de Energia

Vale também destacar que as autoridades governamentais brasileiras implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais impostos pela atual pandemia com destaque para: PIS e Cofins e INSS-Contribuição Patronal - os valores devidos das competências de março a maio de 2020 foram diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; FGTS - o recolhimento das competências de março a maio foi diferido em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho de 2020; e IOF Crédito - redução de 3% para zero nas operações realizadas entre abril e novembro e 2ª quinzena de dezembro de 2020.

3 Ambiente Regulatório

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de geração e consumo de energia elétrica de 1,5% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE foi considerado um dado animador tendo em vista que a expectativa era de 5% a 6% abaixo de 2019. Destaca-se que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

4 Desempenho Operacional

A Transmissora **José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.** trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto no campo, quanto nos grandes centros urbanos. Com quilometragem de linha de 794 km e disponibilidade das LTs apresentada em 2020 de 100% a Companhia é composta pelos ativos abaixo:



JMM

Transmissora de Energia

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 343,25 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 121,11 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 151,9 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 17 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 94,22 km; e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

5 Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

6 Governança corporativa

A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2020 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses.

The logo consists of a blue rectangular box. Inside the box, the letters "JMM" are written in a bold, yellow, sans-serif font. Below "JMM", the text "Transmissora de Energia" is written in a smaller, white, sans-serif font.

Transmissora de Energia

7 Responsabilidade ambiental e social

A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. E, ressaltamos que após declaração, em 11 de março de 2020, da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o coronavírus (COVID-19) foi considerado uma pandemia, a Administração vem adotando todas as medidas preventivas legais para a proteção, segurança e saúde de todos seus colaboradores e *stakeholders* em linha com as ações preventivas difundidas globalmente.

8 Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

9 Agradecimentos

Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de março de 2021.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	115.621	86.930
Concessionárias e permissionárias	6	21.578	19.757
Impostos a recuperar		1.876	5.019
Outras contas a receber		593	557
Partes relacionadas	13	-	378
Despesas antecipadas		119	308
Estoque – almoxarifado		2.300	-
		142.087	112.949
Não Circulante			
Imobilizado	7	1.487.675	1.513.090
Intangível	7	5.409	4.721
Imposto diferido	8	25.573	-
		1.518.657	1.517.811
Total do Ativo		1.660.744	1.630.760
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	2.693	20.766
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	102.595	66.689
Obrigações fiscais		1.964	2.577
Taxas regulamentares		2.418	1.486
Partes relacionadas	13	1.528	8.217
Dividendos a pagar		21.659	-
Outras obrigações		-	172
		132.857	99.907
Não Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	964.812	1.022.437
Obrigações especiais	12	25.196	-
		990.008	1.022.437
Patrimônio líquido			
Capital social	11	476.001	476.001
Reserva de lucros	11	307.718	229.935
Lucros acumulados		(245.840)	(197.520)
Total Patrimônio líquido		537.879	508.416
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.660.744	1.630.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	14	188.124	181.760
Resultado antes dos custos gerenciáveis		188.124	181.760
Custos gerenciáveis parcela "B"	15		
Pessoal		-	(3)
Material		-	(25)
Serviços de terceiros		(18.357)	(20.180)
Alugueis		-	(1)
Seguros		(1.090)	-
Outras despesas		(228)	(2.543)
Despesas com depreciação		(43.353)	(39.401)
		(63.028)	(62.156)
Resultado da atividade de concessão		125.096	119.604
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		2.090	4.235
Despesas financeiras		(99.537)	(108.975)
		(97.447)	(104.740)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		27.649	14.864
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.100)	(225)
Imposto de renda e contribuição social diferida		25.573	-
Lucro líquido do exercício		51.122	14.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucros líquido do exercício	51.122	14.639
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>51.122</u>	<u>14.639</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros			Prejuízos/ Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais			Reserva de lucro a realizar
Saldos em 31 de dezembro de 2018		476.001	6.686	-	127.043	(115.953)	493.777
Integralização de Capital		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.639	14.639
Destinação de lucros á							
Reserva legal		-	4.810	-	-	(4.810)	-
Reserva de Incentivos fiscais		-	-	600	-	(600)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	90.798	(90.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		476.001	11.496	600	217.841	(197.522)	508.416
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	51.122	51.122
Destinação de lucros á							
Reserva legal		-	4.972	-	-	(4.972)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(21.659)	(21.659)
Reserva de Incentivos fiscais		-	-	7.832	-	(7.832)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	64.977	(64.977)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		476.001	16.468	8.432	373.616	(245.840)	537.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.122	14.639
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	43.353	39.401
Provisões	(16.801)	2.236
Impostos diferidos	(25.573)	-
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	97.518	103.687
Amortização dos custos de transação	906	-
Baixa de imobilizado	12.625	-
	163.150	159.963
Variações nos ativos e passivos:		
Concessionárias e permissionárias	(1.821)	3.908
Partes relacionadas	(6.311)	(15.329)
Outras contas a receber	(36)	(10)
Tributos a recuperar	3.143	(1.510)
Despesas antecipadas	191	126
Estoque	(925)	-
Fornecedores	(1.272)	915
Obrigações fiscais	(613)	(2.377)
Taxas regulamentares	932	809
Adiantamentos diversos	(173)	(45)
	(6.885)	(13.511)
Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	156.265	146.452
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(7.417)	(66.340)
Aquisições de intangível	(15)	(636)
Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(7.432)	(66.976)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	38.620
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos	(55.628)	(31.337)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(64.515)	(84.899)
Fluxo de Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(120.143)	(77.616)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	28.691	1.859
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	115.621	86.930
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	86.930	85.071
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	28.691	1.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação comercial em 27 de março de 2018. Por conta de uma emissão de Licença de Instalação em seu menor trecho, no qual corresponde a 1,75% de sua Receita Anual Permitida (RAP) - LT 230kv Igaporã III - Pindaí II, 50km, este trecho foi energizado e disponibilizado para entrada em operação comercial em 17 de abril de 2020, estando, hoje, o projeto integralmente concluído.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1.1. Da concessão--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$144.600 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1.1. Da concessão--Continuação

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis a Administração não observou impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

E de acordo com a portaria 6.307 de 24 de março de 2020 do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020, os serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural, são considerados atividades essenciais.

1.2. Impactos do Covid-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, JMM adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias. Na data da emissão da presente demonstração financeira, a administração da Companhia não identificou impactos relevantes ou materiais em seus negócios, tendo em vista que a Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1.1. Da concessão--Continuação

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de deficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, ficou garantida a manutenção do fluxo de recursos para geradoras e transmissoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de abril de 2020.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

c) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos Financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2019a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Em 31 de dezembro de 2019 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48 / IFRS 9.

d) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f) Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

g) Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo de financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 1,65% e 7,60%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j) Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda.

k) Imobilizado

i) *Imobilizado em serviço*

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

m) Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	1	210
Bancos	13.122	18.074
Aplicações financeiras (a)	102.498	68.646
	<u>115.621</u>	<u>86.930</u>

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 102,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco Santander	CDB	100,1% CDI	7.080	14.806
Banco Bradesco	CDB	102,6% CDI	26.857	53.840
Banco Bradesco	Fundos	89% Fundos	59.601	-
Banco Itaú	Compromissada	75% Compromissada	8.960	-
			<u>102.498</u>	<u>68.646</u>

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	21.165	19.357
Até 90 dias	48	140
Vencidas há mais de 90 dias	365	260
	<u>21.578</u>	<u>19.757</u>

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	151	-	-	-	151	-	-	151	151
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	26.687	1.285	-	-	27.972	1.285	(2.564)	25.408	25.084
Máquinas e Equipamentos	1.318.749	22.892	-	227.743	1.569.384	250.634	(107.154)	1.462.230	1.254.683
Subtotal	1.345.587	24.177	-	227.743	1.597.507	251.919	(109.718)	1.487.789	1.279.918
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações									
A Ratear	673	281	-	(673)	281	(392)	-	281	673
Pessoal	425	-	-	(425)	-	(425)	-	-	425
Materiais	7.682	7.020	-	(15.296)	(594)	(8.276)	-	(594)	7.682
Serviços	180.276	-	(5.981)	(174.838)	(543)	(180.819)	-	(543)	180.276
Outros	5.689	359	-	(5.823)	225	(5.464)	-	225	5.689
Resultado financeiro	30.946	-	(82)	(30.864)	-	(30.946)	-	-	30.946
Adiantamento a fornecedores	7.011	-	(6.562)	(449)	-	(7.011)	-	-	7.011
P&D	21	96	-	(48)	69	48	-	69	21
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	339	-	-	-	339	-	-	339	339
Máquinas e Equipamentos	34	-	-	-	34	-	-	34	34
Móveis e utensílios	75	-	-	-	75	-	-	75	75
Subtotal	233.171	7.756	(12.625)	(228.416)	(114)	(233.285)	-	(114)	233.171
Total do ativo imobilizado	1.578.758	31.933	(12.625)	(673)	1.597.393	18.635	(109.718)	1.487.675	1.513.090

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	2.637	-	-	673	3.310	673	-	3.310	2.637
Subtotal	2.637	-	-	673	3.310	673	-	3.310	2.637
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	2.084	15	-	-	2.099	15	-	2.099	2.084
Subtotal	2.084	15	-	-	2.099	15	-	2.099	2.084
Total do intangível	4.721	15	-	673	5.409	688	-	5.409	4.721

Depreciação:

Composição Depreciação	2020				2019			
	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço								
Transmissão								
Custo Histórico	3,68%	1.597.506	(109.718)	1.487.788	3.63%	1.345.587	(65.669)	1.279.918
		1.597.506	(109.718)	1.487.788		1.345.587	(65.669)	1.279.918
Em Curso								
Transmissão								
Custo Histórico	N/A	(562)	-	(562)	N/a	373.094	-	373.094
Administração								
Custo historico	N/A	449	-	449	N/a	448		448
		(113)		(113)		373.542	-	373.542

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado e intangível--Continuação

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

<u>Transmissão</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste. Torre)	2,7
Transformador	3,3

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A companhia não apresentou baixas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

8. Ativo fiscal diferido

Natureza dos créditos	31/12/2020			
	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
IRPJ diferido	75.214	18.804	25%	18.804
CSLL diferida	75.214	6.769	9%	6.769
	-	25.573		25.573

- (i) Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Materiais	29	294
Serviços	173	1.180
Provisões (i)	2.491	19.292
	<u>2.693</u>	<u>20.766</u>

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

10. Financiamentos

a) Composição

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas de juros contratual % a.a</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
BNDES Subcredito A	BRL	15/09/2032	2,17% + TJLP	642.735	677.516
Debêntures	BRL	15/03/2036	8,28% + IPCA	424.672	411.610
Total de empréstimos e financiamentos				<u>1.067.407</u>	<u>1.089.126</u>
Circulante				102.595	66.689
Não circulante				964.812	1.022.437

b) Movimentação em 2020

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização de Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>(-) Custo Transação a Amortizar</u>	<u>Amortização de Juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
BNDES							
Subcredito A	677.516	-	(34.420)	44.980	-	(45.341)	642.735
Debêntures	411.610	-	(21.208)	52.538	906	(19.174)	424.672
Total	<u>1.089.126</u>	<u>-</u>	<u>(55.628)</u>	<u>97.518</u>	<u>906</u>	<u>(64.515)</u>	<u>1.067.407</u>

c) Movimentação em 2019

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização de Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>(-) Custo Transação a Amortizar</u>	<u>Amortização de Juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
BNDES							
Subcredito A	666.163	38.620	(29.266)	54.722	-	(52.723)	677.516
Debêntures	396.892	-	(2.071)	48.965	908	(33.084)	411.610
Total	<u>1.063.055</u>	<u>38.620</u>	<u>(31.337)</u>	<u>103.687</u>	<u>908</u>	<u>(85.807)</u>	<u>1.089.126</u>

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos--Continuação

BNDES

Com o objetivo de liquidar todos empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto JMM, em 2018 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas de TJLP + 2,17% mais estáveis, portando trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Há cláusula de *covenants* previsto no respectivo contrato, em 31 de dezembro de 2020 todas as clausulas restritivas de *covenants* estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas satisfatoriamente pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>
2021	35.566
2022	38.319
Após 2022	<u>568.850</u>
Total das obrigações	<u>642.735</u>

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto JMM a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2018 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os Coordenadores (Bradesco) são instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizados a operar no mercado de capitais, e concordaram em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. A garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). Em 22 de maio de 2018 observou-se a liberação financeira de R\$395.000 conforme divulgado no quadro de composição dos financiamentos acima com o respectivo vencimento e taxa de juros aplicáveis.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos--Continuação

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulante são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>
2021	45.808
2022	47.911
Após 2022	345.030
Total Debêntures	<u>438.749</u>
(-) Custo de transação a Amortizar	<u>(14.076)</u>
Total Líquido Debêntures	<u>424.673</u>

11. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em reais

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito é de R\$476.001, dividido em ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

<u>Composição acionária</u>		<u>31/12/2020</u>	
<u>Quotistas</u>	<u>Qntd Ações</u>	<u>%</u>	<u>Valor (em Reais)</u>
Cymi Construções e Participações	238.000.500	50,00%	238.000.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	238.000.500	50,00%	238.000.500
Total	<u>476.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>476.001.000</u>
<u>Composição acionária</u>		<u>31/12/2019</u>	
<u>Quotistas</u>	<u>Qntd Ações</u>	<u>%</u>	<u>Valor (em Reais)</u>
Cymi Construções e Participações	238.000.500	50,00%	238.000.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	238.000.500	50,00%	238.000.500
Total	<u>476.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>476.001.000</u>

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 0,01%, até entrada em operação, e 50% após a entrada em operação, do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº4722/2019 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 26 de dezembro de 2019 foi garantido à Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

e) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

12. Obrigações especiais

Refere-se ao saldo Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do serviço público (Obrigações Especiais), de ativos recebidos em doação via TTNO 01/2020 (termo de transferência não onerosa) da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. à Transmissora JMM. Essas obrigações especiais serão amortizadas utilizando-se a taxa de depreciação média dos respectivos ativos recebidos em doação, assim obedecendo a cada valor imobilizado até que seja totalmente amortizada.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	O&M	G&A
Cymi Construções e Participações (i)	-	2.110	-	-
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (ii)	378	5.016	-	-
Setec Soluções Energeticas (iii)	-	10.91	7.697	8.240
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (v)	378	8.217	7.697	8.240
Cymi Construções e Participações (i)	-	314	-	-
Setec Soluções Energeticas (iii)	-	1.214	8.510	8.364
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (v)	-	1.528	8.510	8.364

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações.
- (ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão.
- (iii) Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (iv) Valor refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.
- (v) Os custos incorridos até 2019, bem como os projetados até o final do empreendimento encontram-se divulgados conforme Nota Explicativa 23 de Compromissos Assumidos - Contrato EPC.

14. Receita

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Anual Permitida - RAP	210.202	201.190
Outras Receitas	172	2.297
(-) PIS e COFINS	(19.488)	(19.048)
(-) P&D, FNDCT e MME	(2.762)	(2.679)
Receita Líquida	188.124	181.760

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

15. Custos gerenciáveis

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	-	(3)
Serviços de terceiros (i)	(18.357)	(20.180)
Aluguéis	-	(1)
Outras despesas	(228)	(1.238)
Seguros	(1.090)	(1.306)
Depreciação	(43.353)	(39.401)
	<u>(63.028)</u>	<u>(62.156)</u>

(i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicações.

16. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de aplicações financeiras	2.090	4.235
Receitas financeiras	<u>2.090</u>	<u>4.235</u>
Juros de empréstimos e financiamentos	(97.518)	(103.687)
IOF de empréstimos	(56)	(795)
Outras despesas financeiras	(1.963)	(4.493)
Despesas financeiras	<u>(99.537)</u>	<u>(108.975)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(97.447)</u>	<u>(104.740)</u>

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	115.621	86.930
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	21.578	19.757
	<u>137.199</u>	<u>106.687</u>

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a) *Riscos de crédito*--Continuação

- Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- Concessionárias e Permissionárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

b) *Risco de mercado*--Continuação

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras		
CDI	102.498	68.647

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	102.498	Queda da taxa CDI	2.614	1.960	1.307
			Cenário provável	-25%	-50%
Referência para ativos financeiros					
CDI (%)			2,55%	1,91%	1,28%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 2,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

b) *Risco de mercado*--Continuação

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI e TR em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES - Subcredito A		Aumento da			
	642.735	TJLP	28.216	35.270	42.324
Debêntures	424.672	Aumento IPCA	16.987	21.234	25.480
			Cenário provável	25%	50%
Referência para ativos financeiros					
TJLP (%)					
IPCA (%)			4,39%	5,49%	6,59%
IPCA + 6,80 (%)			4,00%	5,00%	6,00%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 4,39% e 4% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c) *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

c) *Riscos operacionais*--Continuação

- Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

c) *Riscos operacionais*--Continuação

Classificações contábeis e valores justos--Continuação

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	115.621	-	-	115.621
Empréstimos e financiamentos	1.067.407	-	-	1.067.407
Concessionárias e permissionárias	21.578	-	-	21.578
Total	1.204.606	-	-	1.204.606

Descritivo	31/12/2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	86.930	-	-	86.930
Empréstimos e financiamentos	1.089.126	-	-	1.089.126
Concessionárias e permissionárias	19.757	-	-	19.757
Total	1.195.813	-	-	1.195.813

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificado e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	31/03/2020 a 30/06/2020	64.983	29
Responsabilidade Civil Geral	31/03/2020 a 30/06/2020	64.983	18
Riscos Operacionais	30/11/2020 a 31/01/2021	1.279.603	189

19. Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de EPC - Em 27 de Março de 2015 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymi Construções e Participações celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Em 2019 a projeção de custos para o projeto foi revista para R\$1.441.214 conforme quadro abaixo:

	Até 2018	2019	Total
Contrato EPC	1.399.741	1.441.214	-

- Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A é paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

19. Compromissos assumidos--Continuação

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$6.313 por ano.

No ano de 2020 foram cobrados R\$8.364 com relação a G&A.

Com relação a remuneração O&M é paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parcialmente em fase pré operacional esses valores são pagos conforme contrato, por blocos de acordo com a RAP esperada para cada bloco. No ano de 2020 foram cobrados R\$8.510 com relação a O&M.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$6.090 por ano .

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	115.621	-	115.621	86.930	-	86.930
Concessionárias e permissionárias	21.578	-	21.578	19.757	-	19.757
Impostos a recuperar	1.876	-	1.876	5.019	-	5.019
Outras contas a receber	593	-	593	557	-	557
Partes relacionadas	-	-	-	378	-	378
Despesas pagas antecipadamente	119	-	119	309	-	310
Estoque – almoxarifado	2.300	(1.375)	925	-	-	-
Ativo de contrato	-	198.746	198.746	-	198.746	198.746
	<u>142.087</u>	<u>197.371</u>	<u>339.458</u>	<u>112.950</u>	<u>198.746</u>	<u>311.697</u>
Não Circulante						
Ativo de contrato	-	2.143.766	2.143.766	-	2.072.893	2.072.893
Imobilizado	1.487.675	(1.487.226)	449	1.513.089	(1.512.640)	449
Intangível	5.409	(5.409)	-	4.721	(4.721)	-
Imposto diferido	25.573	(25.573)	-	-	-	-
	<u>1.518.657</u>	<u>625.558</u>	<u>2.144.215</u>	<u>1.517.810</u>	<u>555.532</u>	<u>2.073.342</u>
Total do Ativo	<u>1.660.744</u>	<u>822.929</u>	<u>2.483.673</u>	<u>1.630.760</u>	<u>754.279</u>	<u>2.385.039</u>

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	2.693	-	2.693	20.766	-	20.766
Empréstimos e financiamentos	102.595	-	102.595	66.689	-	66.689
Obrigações fiscais	1.964	-	1.964	2.577	-	2.577
Taxas regulamentares	2.418	-	2.418	1.486	-	1.486
Partes relacionadas	1.528	-	1.528	8.217	-	8.217
Dividendos a pagar	21.659	-	21.659	-	-	-
Adiantamento clientes	-	-	-	172	-	172
	<u>132.857</u>	<u>-</u>	<u>132.857</u>	<u>99.907</u>	<u>-</u>	<u>99.907</u>
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	964.812	-	964.812	1.022.437	-	1.022.437
Impostos diferidos	-	(456.436)	456.436	-	410.908	410.908
Obrigações especiais	25.196	(25.196)	-	-	-	-
	<u>990.008</u>	<u>431.240</u>	<u>1.421.248</u>	<u>1.022.437</u>	<u>410.908</u>	<u>1.433.345</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	476.001	-	476.001	476.001	-	476.001
Reserva de lucros	307.718	145.848	453.567	229.935	(229.935)	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	(245.840)	245.840	-	(197.520)	573.306	375.786
	<u>537.879</u>	<u>391.689</u>	<u>929.568</u>	<u>508.416</u>	<u>343.371</u>	<u>851.787</u>
Total Patrimônio líquido	<u>537.879</u>	<u>391.689</u>	<u>929.568</u>	<u>508.416</u>	<u>343.371</u>	<u>851.787</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1.660.744</u>	<u>822.929</u>	<u>2.483.673</u>	<u>1.630.760</u>	<u>754.279</u>	<u>2.385.039</u>

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020
(Em milhares de reais)

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida – RAP	210.202	(210.202)	-	201.190	(201.190)	-
Receita de O&M - Ativo de Contrato	-	17.742	17.742	-	21.640	21.640
Remuneração do Ativo de Contrato	-	279.184	279.184	-	266.460	266.460
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	-	-	-	90.382	90.382
Outras receitas	172	(7.080)	(6.908)	2.297	(6.718)	(4.421)
	210.374	79.644	290.018	203.487	170.574	374.061
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(19.488)	(7.020)	(26.508)	(19.048)	(15.166)	(34.214)
P&D, FNDCT e MME	(2.762)	-	(2.762)	(2.679)	-	(2.679)
Receita operacional líquida	188.124	72.624	260.748	181.760	155.408	337.168
Custo de construção	-	(3.578)	(3.578)	-	(66.976)	(66.976)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	188.124	69.046	257.170	181.760	88.432	270.192
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Pessoal	-	-	-	(5)	-	(4)
Material	-	-	-	(25)	-	(25)
Serviços de terceiros	(18.3578)	(1)	(18.358)	(20.180)	-	(20.180)
Aluguéis	-	-	-	(2)	-	(1)
Seguros	(1.090)	-	(1.090)	-	-	-
Outras despesas	(228)	-	(228)	(2.543)	-	(2.543)
Despesas com depreciação	(43.353)	43.353	-	(39.401)	39.401	-
	(63.028)	43.352	(19.676)	(62.156)	39.401	(22.753)
Resultado da atividade de concessão	125.096	112.398	237.494	119.604	127.833	247.439
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	2.090	-	2.090	4.185	-	4.185
Despesas financeiras	(99.537)	-	(99.537)	(108.925)	-	(108.925)
	(97.447)	-	(97.447)	(104.740)	-	(104.740)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	27.649	112.398	140.047	14.864	127.833	142.699
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.100)	-	(2.100)	(225)	-	(225)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.573	(64.080)	(38.507)	-	(46.266)	(46.266)
Lucro do exercício	51.122	48.318	99.440	14.639	81.567	96.208

20.1. Ativo de Contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

20.1. Ativo de Contrato--Continuação

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passaram ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

20.1. Ativo de Contrato--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

20.2. Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 22. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

20.3. Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 22 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo PIS e COFINS diferidos e IRPJ e CSLL diferidos.

20.4. Patrimônio líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido societário	929.568	851.786
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de Contrato	(2.342.512)	(2.271.638)
Imobilizado e intangível	1.492.635	1.517.361
impostos diferidos	482.009	410.908
Obrigações especiais	(23.821)	-
Patrimônio líquido regulatório	537.879	508.417

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

20.4. Patrimônio líquido--Continuação

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

a) Receita e Custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	210.202	(210.202)	-	201.190	(201.190)	-
Receita de O&M - Ativo de Contrato	-	17.742	17.742	-	21.640	21.640
Remuneração do Ativo de Contrato	-	279.184	279.184	-	266.460	266.460
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	-	-	-	90.382	90.382
Outras receitas	172	(7.080)	(6.908)	2.297	(6.718)	(4.421)
	210.374	79.644	290.018	203.487	170.574	374.061
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(19.488)	(7.020)	(26.508)	(19.048)	(15.166)	(34.214)
P&D, FNDCT e MME	(2.762)	-	(2.762)	(2.679)	-	(2.679)
Receita operacional líquida	188.124	72.624	260.748	181.760	155.408	337.168
Custo de Construção	-	(3.578)	(3.578)	-	(66.976)	(66.976)

b) Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47 e outros está demonstrada a seguir:

- Ajustes do CPC 47
- Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

20.4. Patrimônio líquido--Continuação

b) Resultado financeiro--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 não houve ajuste referente aos encargos financeiros sobre empréstimos vinculados ao empreendimento pois o projeto se encontra em operação. No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do CPC 47, são considerados ativos de Contrato.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se em operação, por isso para fins regulatórios esses custos não são mais capitalizados.

20.5. Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorriam apenas durante a fase pré operacional, quando o valor do imposto corrente sobre a receita financeira era capitalizado.

20.6. Lucro/ Prejuízo líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício societário	(99.440)	(96.207)
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	79.644	170.574
Pis/ Cofins	(7.020)	(15.166)
Custo de Construção	(3.578)	(66.976)
Despesa de Depreciação	43.353	39.401
Serviços de terceiros	1	-
IR/ CS Diferidos e correntes	(64.080)	(46.267)
Luco do exercício regulatório	51.122	14.641

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

20.6. Lucro/Prejuízo líquido--Continuação

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Eventos Subsequentes

Em 26 de fevereiro de 2021 foi exercida pelo acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia a opção de compra das ações da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. por meio de instrumento contratual SPA "*Share Purchase Agreement*" devidamente registrado e assinado pelas partes, desta forma passando o Fundo de Investimentos a deter 100% das ações outrora divididas proporcionalmente com a Cymi Construções e Participações S.A. que por sua vez exerceu a opção de venda de sua participação de 50%.